



Boletim Informativo do Curso de Geografia da
Universidade Estadual de Santa Cruz - UESC
Ilhéus-BA - Ano VIII - Nº 14 - SET/OUT - 08

INFORME GEOGRÁFICO

ISSN 1982-8030

II Seminário de Pesquisa em
Cultura e Turismo (2º CULTUR)
& IV Seminário do Núcleo de
Turismo da UESC (IV SEMINTTUR)
*Patrimônio Imaterial e
Turismo: novas experiências,
valores e percepções.*
12 A 14 DE NOVEMBRO DE 2008
Informações: www.uesc.br/cultur

A QUESTÃO DO REGIONALISMO NORDESTINO

Paulo Aguiar*

Como uma questão que transpõe as barreiras do tempo, a problemática da desigualdade social em nosso país tem suas raízes nos primórdios da ocupação geográfica do território nacional.

Intrinsecamente ligada à formação e predomínio de elites (centrais e periféricas) sobre o território nacional, a questão do regionalismo em nosso país foi um dos responsáveis pela formação de uma sociedade multifacetada e a construção de uma cultura nacional de exclusão.

O Brasil é um dos países mais ricos do mundo no que consiste à disponibilidade de recursos naturais e meios para produção de fontes de subsistência. Contudo, o fato de nossa população, em sua grande maioria, ainda se encontrar na situação de passar necessidade no que consiste aos seus aspectos básicos de sobrevivência perpassa inequivocamente pela ação desumana de algumas elites dominantes (centrais e periféricas), que detêm o poder de mudar essa situação e não o fazem, agindo somente em favor de si próprios no sentido de manterem seu poderio sobre determinadas regiões.

Sob a perspectiva da Geografia, o regionalismo consistiria na apropriação dos aportes

culturais de uma determinada região por uma elite dominante e os transformando em discurso político em suposta “defesa” dessa região.

No ano de 1984, quando o Brasil passava por um processo de transição do sistema de governo militar para aquilo que foi denominado de “redemocratização”, a cantora Elba Ramalho (um dos ícones da cultura nordestina)

lançou um LP

intitulado “DO JEITO QUE A GENTE GOSTA”, cuja letra de uma das músicas “Nordeste Independente”, de autoria de Bráulio Tavares e Ivanildo Vila Nova, estabelecia uma severa crítica à questão do

regionalismo no Brasil, com ênfase maior à realidade nordestina, onde era apresentado que os homens do poder que deveriam resolver os problemas sérios do país permaneciam em Brasília, e quando se

aproximava o ano das eleições, eles saíam de Brasília



resquícios das antigas elites/ou as “novas” elites ainda hoje mantêm o domínio sobre os mais pobres se utilizando da indústria da seca, da pobreza, das promessas políticas como a construção de poços, promessas de emprego, construções de obras eleitoreiras às vésperas das eleições, tudo em troca de votos, o que mantém essas elites no poder e nenhum benefício real é feito em favor do povo. Enquanto isso as elites centrais lá em Brasília fazem vista grossa, para nas eleições seguintes obterem os votos dessa região e se manterem no poder.

Assim, resta-nos dizer que no Brasil, e mais especificamente no nordeste, os ricos estão cada vez mais ricos e os pobres (que somam a maioria esmagadora da população) continuam cada vez mais pobres; e que a questão da pobreza, da permanência dos mais pobres na condição de passarem pela vergonhosa realidade de ter necessidade de suas condições básicas de sobrevivência é um mito que ainda perdurará por séculos, porque as elites assim o querem – ou até que o povo mude as suas escolhas.

De lá para cá não muita coisa mudou, sendo que os

* *Geógrafo (UESC), Professor da Rede Estadual de Educação – SEC-BA.*



A PARTE QUE IMPORTA NO PARTO DO PORTO

*Ramayana Vargens**

A cidade de Ilhéus está grávida — de um porto. E ninguém sabia. Não é uma gestação resultante de um acasalamento consentido ou, muito menos, fruto de um ato de amor. E gravidez forçada. Compatível a um estupro ou, no mínimo, uma inseminação artificial feita, enganadoramente, sem que a vítima soubesse o que estava acontecendo. E, agora, surge um impasse vital: abortar ou deixar o filho indesejado nascer?

Entre a vida e a morte, a única opção aceitável deve ser a manutenção da vida. Não seria digno, nem humanamente justificável, resolver o problema com a eliminação de um organismo vivo em processo de formação. Se o feto existe, o bom senso cristão nos obriga a concentrar esforços para que a criança nasça saudável e a mãe não sofra sequelas irreversíveis em decorrência do parto.

A criança (o porto) está aí. Só nos resta lutar para que o parto seja normal, executado com alta competência técnica, e com plenas condições para que o rebento não se transforme em um fator desagregador da família e de degradação social. Para tanto, precisamos - acima de tudo - de pais responsáveis que assumam as consequências de seus atos e saibam corrigir as mazelas induzidas por seus erros.

Mas, quem é o verdadeiro pai da criança?

Ai é que aumenta a confusão. O poder municipal se exime de qualquer participação na geração do nascituro. O governo do estado, legítimo consorte do município, afirma que a concep-

ção foi orientada e programada pelos interesses da União. Só que o todo poderoso poder federal está distante e ainda não deixou claro de que forma tratará a grávida daqui por diante - como uma amante eventual ou como uma companheira com a qual pretende construir um futuro estável e promissor.

E a sociedade ilheense, vendo a barriga crescer rapidamente, fica atônita — sem saber a quem recorrer e sem a certeza de que terá os recursos necessários para assegurar um próspero amanhã para toda a sua família (enormemente impactada por esse inesperado bebê de grande porte).

O perigo é que existe no ar a promessa de uma fabulosa herança futura (bilhões de dólares advindos da exportação) para quem abrigar o tão polêmico neném. E já começam a surgir oportunistas inescrupulosos que tentam se habilitar como tutores e pais adotivos do porto dos ovos de ouro. Precisamos ficar vigilantes. Não podemos deixar que aproveitadores de ocasião (empresários, políticos ou especuladores que só pensam em seus próprios interesses) assumam a condução de um processo que definirá os destinos de nossos filhos. E preciso mobilizar os diversos segmentos da comunidade para fazer valer nosso legítimo direito de decidir sobre nosso futuro. Que, pelo menos, respeitem nossa justa posição de determinar qual a maternidade onde a criança deve nascer. Não queremos que esse berço seja na Ilhéus - Itacaré.

**Professor de Literatura*

Notas - Notas - Notas - Notas

X Seminário Internacional de Turismo

O Boletim Informe Geográfico – BIG esteve presente num dos mais importantes eventos na área de turismo no Brasil, classificado pela CAPES como nível Qualis A, tal evento também marcou a presença de um grande número de alunos do Curso de Mestrado em Cultura e Turismo (UESC) que tiveram seus artigos aprovados e apresentados, do atual corpo discente, publicaram trabalhos: Adelina Caldas, Carlos Henrique Borges, Cristiano Bahia, Fabiela Paes Leme, Gardênia Jardim Pereira, Rosijane Evangelista,

Saulo Rondinelli, Tatiane Moares, Wiara Bispo como também os professores Natanael Reis Bomfim, Gustavo da Cruz e José Manoel Gândara.

O artigo intitulado “Atividades físicas de aventura na natureza: uma análise em sites na cidade de Ilhéus-Bahia”, de autoria de Cristiano de Sant’anna Bahia e Fabiela Mandarine Paes Leme, em co-autoria com o Prof. Dr. Marco Aurélio Avila, recebeu MENÇÃO HONROSA atribuída pelas avaliações da Comissão Científica do evento, realizado em outubro, na cidade de Curitiba.



À esquerda, Fabiela Paes Leme recebendo a Menção Honrosa, e Saulo Rondinelli marcando presença no X Seminário Internacional de Turismo – Curitiba, Paraná.

ACONTECE NA UESC

De 22 a 24 de outubro de 2008, o **XIV Seminário de Iniciação Científica**. O evento busca a interação e conhecimento das atividades de pesquisa desenvolvidas aqui e em outras instituições. Conta com a participação de docentes, alunos de graduação e pós-graduação, por meio de apresentação de trabalhos científicos e discussão de temas relevantes.

Neste ano, o tema do evento é “Pesquisa e Sociedade”. Assim, traze-mos a discussão da importância do avanço do conhecimento científico e seus impactos na sociedade. Muitos setores da sociedade moderna são afetados diretamente pelos resultados das pesquisas científicas, tornando fundamental um conhecimento geral sobre os assuntos estratégicos que são investigados nas universidades e nos institutos de pesquisa.

Com esta finalidade, a programação do evento contempla a apresentação de trabalhos de pesquisadores e alunos, além de debates, palestras, mini-cursos e mesas redondas que contarão com pesquisadores renomados e gestores das principais agências de fomento do país.

O Projeto “*Rede de Ações em Educação Ambiental*” em parceria com alunos do Curso de Especialização em Educação Geoambiental (FACSUL/ UNIME) realizam o

I Simpósio de Meio Ambiente do Sul da Bahia, com o tema: “*Sociedade, Educação e Ecoempreendedorismo do Sul da Bahia*”.
24 e 25 de outubro de 2008

Local: Auditório do ICEI – Centro Espírita de Itabuna e Casa do Educador, Itabuna-BA.

Fique atento para a próxima reunião da Comissão Editorial do BIG, dia 07 de novembro às 18h, em local a ser divulgado. Discutiremos sobre a próxima edição, o planejamento do website e votação das diretrizes para autores.

Boletim Informativo do Curso de Geografia – UESC
INFORME GEOGRÁFICO - ISSN 1982-8039
Ilhéus. Ano VIII, nº 14 – Set/Out 2008
informegeografico@gmail.com

Comissão Editorial:

Evilânia Bento da Cunha
Saulo Rondinelli Xavier da Silva

Fundador:

Saulo Rondinelli Xavier da Silva
geoilheus@hotmail.com

Projeto Gráfico / Diagramação:

Marcos Mauricio
www.marcosmauricio.blogspot.com

Revisão: Editus

Impressão: Gráfica da UESC

Os artigos/textos assinados são de inteira responsabilidade de seus autores, não refletindo, necessariamente, a opinião do BIG.

Colegiado de Geografia – DCAA
Universidade Estadual de Santa Cruz-UESC
Rodovia Ilhéus/Itabuna, km 16. CEP: 45.662-000
Ilhéus - Bahia - Brasil

O Brasil precisa de reforma agrária?

A crítica que segue aqui não é sobre a reforma agrária em si, mas ao tipo de reforma que se apregoa: a reforma agrária distributiva de terras.

A expressão “reforma agrária” denota uma reorganização na estrutura fundiária brasileira e tal reorganização implica na existência de uma política fundiária e agrícola permanente que favoreça a prática ou o acontecimento da tão desejada reforma. No entanto a polêmica sobre a desapropriação de terras estreitou o debate na Constituinte de 1988, não permitindo assim avanço no estabelecimento de uma política fundiária efetiva, mas um arremedo político agrário que não se concretizou em avanços sobre este assunto.

Uma retrospectiva histórica revelará que houve períodos em que a reforma agrária foi necessária como

É preciso cuidado para não tornar os sem-terra em pequenos proprietários sem perspectivas.

instrumento propulsor para desenvolvimento e modernização de alguns países. Estados Unidos, Japão, Coreia do Sul e Taiwan, por exemplo, são países que tiveram sucesso com a revolução fundiária, redistribuindo terras entre milhares de pequenos produtores e lhes dando condições para continuarem no campo.

Mas, a reforma agrária massiva, atrelada tão somente ao processo redistributivo de terras entre trabalhadores rurais se tornou retrógrada ante o contexto atual das atividades desenvolvidas no campo brasileiro, pois ao campo se chegou a inovação tecnológica, que muitos não podem ou não puderam acompanhar e foram expri-

priados. A mecanização do trabalho, a agroindústria e o custo dos meios de produção são elementos significativos que devem ser levados em conta e não pensar reforma agrária apenas como redistribuição de terras.

Os proprietários de maior poder aquisitivo podem produzir mais, porque podem mecanizar a produção, comprar sementes selecionadas e/ou transgênicas, usar agrotóxicos. Têm acesso aos mecanismos de produção e também de circulação dos seus produtos. Não adianta os sem-terra terem terra e não terem as condições de torná-la produtiva e manterem-se como trabalhadores rurais.

*Elinaide Alves **

Ao insistir numa reforma agrária hoje, é necessário consideração quanto ao modelo de reforma que se pretende, pois a redistribuição de terras já não é mais sinônimo de segurança e soberania alimentar.

É visível que os movimentos pela terra sobre a reforma agrária tem resultado em muitas mortes e poucos resultados quanto à política agrícola e agrária. Os assentamentos de terra, por falta de interesse político e econômico, têm sido pouco produtivos. Então é preciso cuidado para não tornar os sem-terra em pequenos proprietários sem perspectivas.

** Estudante de Geografia (UESC), sob orientação da Prof^a Cristina Rangel.*

Soberania alimentar. Ter ou não ter?

Será que só de soja, cana, e, eucalipto vive o homem?

*Liliane Matos Góes**

Hodierna estrutura fundiária concentradora e excludente do “Nosso Brasil Brasileiro” é reflexo da inexistência de uma reforma agrária anterior a modernização da agricultura, que se iniciou a partir da década de 70 impulsionada pela Revolução Verde. As discrepâncias da estrutura fundiária originadas desde o processo de colonização, atrelada ao crescimento econômico em detrimento ao desenvolvimento social e ambiental na década de 1960, ficou conhecido como modernização conservadora.

A discussão sobre a concentração fundiária e a falta de soberania no que se refere à produção alimentícia faz um chamado ao Estado para a situação de insegurança alimentar, enquanto a disponibilidade, o acesso, e a utilização segura e suficiente de alimentos e seus respectivos nutrientes. Devido ao desequilíbrio social, os cidadãos brasileiros em sua maioria não dispõem de segurança de renda, e, por conseguinte alimentar, denúncia constatada nas estatísticas do limiar de pobreza e indigência da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO). Mesmo que teoricamente assegurados pela Constituição Federal de 1988, art. 3º, a qual objetiva “construir uma sociedade justa e solidária, erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais”, o observado são contradições

e negações dos princípios constitucionais expressas na organização espacial, altamente segregada. Mas, falar em subalimentação, fome crônica, desnutrição, pobreza, indigência, de um país que detém o 5º lugar no ranking de exportação de soja é questionar: as reais políticas defendidas são as econômicas ou sociais? Ou melhor, produzimos para matar a fome dos brasileiros ou produzimos para os outros? Soja é a base da nossa alimentação? Então, a quem se destina a produção agrícola?

A intensificação de incentivos fiscais e financeiros ao agronegócio que direciona sua produção agrícola para uma demanda internacional vem consolidando-se e assim o tripé produção-consumo-intercâmbio é rompido. Fato divulgado no plano de financiamento da safra para o biênio 2008-2009, a qual disponibiliza crédito agrícola de R\$ 78 bilhões, destes R\$ 65 bilhões para o agronegócio e R\$ 13 bilhões para a agricultura familiar. Realmente assistimos apáticos ao contraste abrupto do financiamento para um desenvolvimento heterogêneo, eminentemente calcado na desigualdade e em privilégios. Desta forma, ocorre “naturalmente” a quase exclusão da categoria consumo alimentício nacional. Os noticiários abordam o problema de insegurança alimentar e seus reflexos, relatando os relevantes acréscimos na taxa de

inflação dos alimentos tradicionais, que implicam para a população uma redução dos valores calóricos e por sua vez, queda da qualidade e quantidade consumida de alimentos. Na realidade, o intercâmbio deveria ser em tese a comercialização do excedente produzido e não a produção basicamente para atender aos interesses de consumo de outros países.

A análise do uso da terra revela nítidos conflitos quanto à produção, finalidade e destino da produção agrícola. De acordo com Umbelino a área ocupada com as lavouras atinge um total de 60 milhões de hectares, destes um terço é de soja, com 21 milhões de hectares. A soja se soma, com 6 milhões de hectares, a cana; e, com 5,5 milhões, eucaliptos. Por outro lado, desde 1992 não conseguimos obter crescimento dos produtos básicos como feijão, mandioca, milho, trigo. Será que só de soja, cana, e, eucalipto vive o homem?

No processo de internacionalização da produção do território brasileiro, assustador é saber que o direcionamento da disponibilidade de cereais é para alimentação animal. E a população brasileira como fica? Quais as estratégias políticas traçadas para atendê-la?

Para inserção e consolidação num mercado competitivo e exportador são adotados mecanismos que conduza e eleve a produtividade e, por

consequente a lucratividade, através da utilização de sementes geneticamente modificadas. O discurso “ecologicamente” difundido calca-se na redução do uso de fertilizantes e agrotóxicos na produção agrícola. Mas, “ecologicamente”, ou melhor, dizendo economicamente quem são os beneficiários? Estamos nos encaminhando para qual contexto?

A comercialização de insumos transgênicos promove a dependência do agronegócio e por outro lado, a consolidação de empresas multinacionais não-rurais. Assim inicia-se a formação de monopólio sobre patentes de sementes, a exemplo da atuação da Monsanto, detentora até o presente momento, de quatro patentes de sementes de soja transgênica.

Para não concluir, seremos o eterno quintal de nossos antigos colonizadores, submissos as decisões neoliberais relativos ao que cultivar, aos métodos, ao período, a localização, ao mercado, até quando? Celeiro para atividades econômicas relacionadas à pecuária, cultivos oleaginosos, plantações florestais? Brasil mostre a sua soberania! Em outras palavras, Estado mostre seu poder intervencionista. Ainda existe?

** Estudante de Geografia (UESC), sob orientação da Prof^a Cristina Rangel.*



ENTREVISTA: Francisco Lima Filho - PARTE 1

“Com a crise, o padrão de vida de minha família despencou”

Com 56 anos, grande parte deles dedicados à cacauicultura, o senhor Francisco Lima Filho, ou simplesmente Chico Lima, como é conhecido pelos fregueses de seu bar, é um dos muitos cacauicultores que viram seu patrimônio se esvaír em meio à última crise da lavoura cacaueteira. Embora admita ter sido um dos grandes produtores de cacau da região, faz questão de frisar que nunca foi coronel. Figura, aliás, que, para ele, praticamente inexistiu por aqui, a despeito do que diz a História e do que conta Jorge Amado em seus diversos romances. Despendendo parte de seu tempo, hoje, à atividade comercial, mais precisamente ao seu bar na rua Bento Berilo, em Ilhéus - BA, no qual atua também como garçom, Chico Lima afirma que, ainda hoje, a maior parcela de sua renda (renda, aliás, que ele prefere não revelar) advém da agricultura. Embora sua produção de cacau não chegue nem a 10% do que colhia antes da chegada ou introdução, como ele faz questão de afirmar, da vassoura-de-bruxa (doença causada pelo fungo *Crinipellis perniciosus*) na região. Sentados à porta de seu bar, numa tarde de sábado (03/05/08), conversamos por cerca de uma hora. Confira a seguir trechos da entrevista:

Demilson Silva (DS) – Quantas arrobas de cacau o senhor produzia antes da última crise da lavoura cacaueteira?

Francisco Lima (FL) – Produzia, em média, 15000 arrobas anuais. Hoje produzo de 400 a 1000 arrobas, quando a vassoura de bruxa deixa. Esse ano as condições estão boas, acho que vai dá para colher umas 1000 arrobas.

DS – Quantas pessoas o senhor tinha antes trabalhando na lavoura nas suas fazendas?

FL – Apenas nas fazendas



Foto: Demilson S. Silva

Em média, 15000 arrobas anuais de cacau. Hoje, produzo de 400 a 1000, quando a vassoura de bruxa deixa.

de cacau eu tinha 71 pessoas trabalhando para mim. Todos empregados de carteira assinada. Hoje tenho duas pessoas no mesmo regime de trabalho, mas estou preste a demiti-las devido a dificuldade de mantê-las.

DS – Qual a percepção que o senhor tem da crise? Quais foram os fatores, na sua opinião, que fizeram com que a cultura cacaueteira e, consequentemente a região, chegassem ao fundo do posso, de onde vem tentando se reerguer a mais de uma década?

FL – Vou lhe dizer uma coisa, e isso não sou apenas eu que afirmo. No próprio meio acadêmico essa é a idéia que corre: a introdução da vassoura de bruxa na nossa região foi a grande responsável pela crise. Foi o maior crime biológico de toda face da Terra. Um crime não só para com os agricultores, mas para com toda uma região. É certo que houve a ocorrência da queda dos preços do cacau devido a questões externas; períodos de estiagem, mas esses fatores nunca foram determinantes.

DS – O senhor tem conseguido viver apenas do cacau ou teve que buscar novas alternativas?

FL – Eu nunca fui mono-

cultor. Embora o carro-chefe da minha produção sempre tenha sido o cacau, antes da crise eu já

produzia outros produtos, como a pimenta do reino e o cravo. É claro que, com a crise e com o fato de esses produtos anteriormente citados nem sempre se mostrarem rentáveis (principalmente o cravo que tem um custo de produção bastante alto) tive que diversificar mais ainda, passando a produzir banana, abóbora e a me dedicar a atividade comercial. De certa forma, eu já produzia banana antes para o sombreamento do cacau.

A questão é que os trabalhadores achavam que a banana era deles, quando na verdade não era já que eles eram pagos por mim.

Continua na próxima edição.

Entrevista concedida a Demilson S. Silva, estudante de Geografia (UESC), sob orientação da Profª Cristina Rangel.

GEO CAÇA-PALAVRAS

A	A	J	G	E	F	C	E	X	D	V	H	A
U	N	X	I	X	I	L	O	P	O	L	A	G
R	D	S	S	F	S	J	H	K	V	D	A	S
A	J	Y	C	N	E	V	O	E	I	R	O	G
U	R	K	U	B	B	U	O	A	O	N	O	U
E	E	I	C	E	P	I	O	D	A	T	S	E
T	V	G	D	O	I	K	J	F	P	W	L	V
H	B	A	M	R	D	X	S	F	O	U	K	C
J	X	R	Y	T	X	X	V	C	D	X	B	B
K	X	A	W	E	P	S	Y	Y	D	W	Q	B
Q	R	P	V	M	V	H	Y	R	O	S	L	L
A	V	E	L	O	D	T	A	A	D	C	N	C
O	M	S	W	R	J	S	P	K	T	G	C	P

- Canal estreito, entre duas ilhas, ou entre uma ilha e o continente;
- *Nebulosidade que se forma nas camadas inferiores da atmosfera, próximo ao solo, constituída de grande número de gotículas de água;*
- Para que exista são necessários um território, um povo e um governo;
- *Instrumento utilizado para medir a pressão atmosférica;*
- É considerada uma área contínua e construída, que possui mais de 10 milhões de habitantes. Pode-se dizer que é um termo semelhante à conurbação.